

Mulheres e crime

PERSPETIVAS SOBRE INTERVENÇÃO,
VIOLÊNCIA E RECLUSÃO

Sílvia Gomes
Rafaela Granja
(Organização)

hnmus



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais

Índice

Notas prévias	7
Introdução <i>Sílvia Gomes e Rafaela Granja</i>	9
Intervenção com raparigas delinquentes: contributos para uma discussão focada no género <i>Vera Duarte e Luísa Vieites-Rodrigues</i>	15
Genderização do <i>stalking</i> : mulheres que perseguem, mulheres perseguidas <i>Helena Grangeia</i>	31
Trajetórias de vida e experiências prisionais de mulheres ciganas reclusas <i>Sílvia Gomes e Rafaela Granja</i>	47
Mulheres de nacionalidade estrangeira detidas em Portugal. Breve caracterização de trajetos de vida e envolvimento no crime <i>Raquel Matos e Mariana Barbosa</i>	67
No emaranhado prisional transnacional: o exercício da maternidade entre estrangeiras presas em São Paulo <i>Bruna Bumachar</i>	085
Gênero, criminalidade e desigualdade social no Brasil contemporâneo <i>Lúcia Sena</i>	101
Três horas para amar: a representação da sexualidade feminina em reclusão <i>Patrícia Nogueira</i>	119
Notas biográficas	139

Intervenção com raparigas delinquentes: contributos para uma discussão focada no género

Vera Duarte e Luísa Vieites-Rodrigues

Introdução

Uma das limitações que têm sido apontadas à investigação criminológica é a pouca atenção que esta reserva à etiologia, ao processamento judicial e à intervenção com mulheres e raparigas ofensoras (Adler, 1975; Naffine, 1987; Worrall, 1990; Chesney-Lind, 1997; Messerschmidt, 1997; Cunha, 2002). Se é verdade que a emergência de uma literatura mais sensível ao género deu protagonismo à figura feminina, também é verdade que, no caso da delinquência juvenil, estas limitações são ainda mais evidentes (Zahn, 2009). Por um lado, porque a literatura sobre género e crime/delinquência tem-se concentrado mais na mulher do que na rapariga e, por outro, porque os vários estudos longitudinais que têm sido conduzidos, com grande impacto no desenvolvimento do conhecimento sobre a delinquência juvenil (e.g., Moffitt, 1993; Farrington, 2003; Loeber, Farrington e Petechuk, 2003), têm-se focado quase exclusivamente nos rapazes (Blanchette e Brown, 2006). O interesse teórico sobre o envolvimento das raparigas na delinquência surge durante a década de 80, quando as estatísticas mostram que elas estão mais visíveis no sistema de justiça juvenil (Campbell, 1981; Chesney-Lind e Shelden, 1992; Steffensmeier e Allan, 1996; Miller, 2001; Burman *et al.*, 2001; Zahn *et al.*, 2008). O incremento da investigação realizada neste tópico tem mostrado, contudo, como as respostas sociais e institucionais a esta problemática são tardias – emergem nos finais da década de 90, nos EUA (OJJDP – Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention) – e tendem a estar ‘encostadas’ a conceitos, definições e categorias de delinquência masculina (Alder e Worrall, 2004; Batchelor, 2005; Goodkind, 2005; Chesney-Lind, Morash e Stevens, 2008; Salisbury, Van Voorish e Spiropoulos, 2009; Zahn, 2009; Duarte, 2012). A este respeito, a história tem sido fecunda em exemplos da forma como a ideologia tem guiado a teoria (Holsinger, 2000), influenciado as práticas (modelos de intervenção e tratamento) e contribuído para a invisibilização de determinados grupos sociais, na base de visões marcadas por viés de várias ordens (e.g., de género, de classe, de raça/etnia...).

A investigação desenvolvida tem clarificado alguns destes pressupostos, mas a pesquisa nas áreas das trajetórias genderizadas da delinquência, das consequências da vitimização ou das experiências culturais das raparigas tem ainda um longo caminho a trilhar, o que tem mantido menos claros os mecanismos que poderão estar por detrás das diferenças de género na delinquência (Zahn *et al.*, 2010). A acrescer a esta problematização, o facto de a grande parte da literatura e dos estudos que circulam ter sido desenvolvida nos Estados Unidos da América, o que pode não ser aplicado a outras geografias e culturas (Assis e Constantino, 2001; Burman *et al.*, 2001; Cunha, 2002; Wong *et al.*, 2010; Duarte, 2012).

Conhecer quem são as raparigas delinquentes – leia-se, aquelas que estão em contacto com o sistema de justiça juvenil pela prática de ilícitos qualificados pela lei como crime – não tem constituído apenas um esforço de avanço científico no conhecimento desta problemática, mas também uma chamada de atenção para a importância de integrar, na política de intervenção com jovens infratores, os percursos e as experiências de vida das raparigas, os seus aspetos desenvolvimentais e as diferenças culturais da socialização de género (Chesney-Lind, Morash e Stevens, 2008; Zahn *et al.*, 2009).

Apesar de, atualmente, existir um conjunto de ideias bem estruturadas do que significa oferecer respostas com foco de género, no sistema de justiça juvenil (Bloom e Covington, 1998, 2001), e de o discurso teórico e político ser favorável ao desenvolvimento deste tipo de respostas, materializadas em políticas, serviços, programas e instrumentos comumente chamados de *gender-responsive*, a prática tem sido lenta no reconhecimento do importante papel que as diferenças de género têm no desenho, na implementação e na avaliação dessas respostas (Zahn *et al.*, 2009). A intervenção continua a assentar, na generalidade, em procedimentos baseados no conhecimento produzido com amostras masculinas (Goodkind, 2005; Foley, 2008; Garcia e Lane, 2013), sem questionar como é que as desigualdades de género podem moldar a participação e a resposta à intervenção, ou como é que as relações de género podem influenciar a própria recolha dos dados.

A discussão deste tema no sistema de justiça juvenil português¹ tem tido pouca expressão, e a investigação que lhe está associada é ainda escassa, mas em crescimento (Duarte, 2012; Duarte e Carvalho, 2013; Duarte e

¹ A justiça de menores em Portugal tem uma natureza dual, alicerçada em duas leis: a Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP – Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), que se destina a proteger as crianças e os jovens (dos 0 aos 18 anos, exceionalmente até os 21 anos) de situações de risco e perigo e de percursos e comportamentos desviantes; e a Lei Tutelar Educativa (LTE – Lei n.º 166/99, de 14 de setembro), que se aplica a jovens entre os 12 e os 16 anos que tenham cometido factos qualificados pela lei como crime.

Cunha, 2014; CES, 2012-2014). O desenvolvimento de uma agenda de investigação e intervenção com respeito a este grupo e a esta problemática tem sido desafiado, quer pela comunicação social, que lhe tem dado visibilidade (Duarte, 2012), quer politicamente, pelo último relatório da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos em Portugal (CFCE, 2012), que aponta para a insustentabilidade da situação relativamente às raparigas institucionalizadas que se defrontam com um espaço e uma organização desenhados para rapazes, não havendo a necessária diferenciação naquilo que são as particularidades de género.

Neste contexto, é propósito deste texto discutir a importância da dimensão do género na intervenção no sistema de justiça juvenil, trazendo para o debate os principais olhares da literatura sobre a relação entre género e delinquência e as suas implicações nas agendas políticas e de intervenção. Sublinhando alguns dos principais desafios teórico-analíticos e práticos do desenvolvimento de uma intervenção focada no género, procuramos responder a três questões principais: quão importantes são as diferenças de género na intervenção desenvolvida no sistema de justiça juvenil? Valerão a pena o esforço e a aposta numa intervenção diferenciada? O que se ganha e o que se perde quando dizemos que as raparigas são diferentes dos rapazes?

(In)compatibilidades na literatura sobre género e delinquência: agendas teóricas, metodológicas e de intervenção

A investigação com raparigas envolvidas em práticas delinquentes tem revelado considerações importantes relativamente às diferenças de género na delinquência (Chesney-Lind e Shelden, 1992; Hubbard e Pratt, 2002; Farrington e Painter, 2004; Sttefensmeier *et al.*, 2005; Belknap e Holsinger, 2006; Zahn, 2009; Zahn *et al.*, 2008, 2010; Wong *et al.*, 2010); e o desenvolvimento de respostas com foco no género nasceu do reconhecimento de que as raparigas têm necessidades específicas e diferentes percursos na delinquência, quando comparadas com os rapazes na mesma situação (Holsinger, Like e Hoge, 2010). Por exemplo, estas investigações mostram que as raparigas delinquentes partilham muitos dos mesmos problemas que os rapazes na mesma condição; ou seja, normalmente são pobres, vivem em bairros de realojamento social, vêm de famílias desestruturadas e violentas, têm problemas de conduta na escola e pertencem a grupos de amigos com comportamentos desviantes. Mas a isto juntam-se as histórias de abuso e trauma, com situações de abuso sexual em maior proporção do que os

rapazes na mesma situação; uma maior tendência para distorções cognitivas (e.g., autocolpabilização, pensamentos negativos sobre si) que tendem a acentuar os problemas de saúde mental (e.g., depressão, ansiedade, ideação suicida, automutilação...); as diferenças reprodutivo-sexuais – a que se juntam as normas sobre o comportamento apropriado para rapazes e raparigas – que colocam as raparigas em situações de maior vulnerabilidade para a prostituição, para a gravidez precoce e indesejada e para a maternidade; estilos cognitivos mais sociotrópicos, que aumentam a importância dada à deseabilidade social e que se podem espelhar no impacto que as relações familiares, escolares, com os/as amigos/as e namorados têm nas suas vidas, nos percursos transgressivos e nos usos da violência, tendencialmente mais indireta e relacional.

É em torno destas diferenças e/ou semelhanças nos fatores de risco para a delinquência e nas necessidades de intervenção que se têm estruturado as tantas explicações teóricas sobre a relação entre género e delinquência. A compreensão destes quadros teóricos e da forma como eles fazem dialogar a teoria com a prática é fundamental na discussão avançada neste texto. Estas teorias têm sido agrupadas de diferentes formas, ora em torno da sua abordagem teórico-metodológica, que aqui será pontuada mas não desenvolvida; ora nas implicações da teoria nas agendas políticas e de intervenção, que será alvo de maior aprofundamento.

A proposta focada na abordagem teórico-metodológica contempla três modelos teóricos principais (Figueria-McDonought, 1992; Wong *et al.*, 2010). O modelo *add-and-stir research*, também chamado de *mainstream theories*, considera que as teorias explicativas da delinquência² que foram desenvolvidas para explicar a delinquência masculina seriam adequadas para explicar também o comportamento delinquente feminino e, neste sentido, dedicaram muito pouco tempo às diferenças de género neste âmbito (Agnew, 2009: 8). Um corpo crescente de investigação em torno da delinquência feminina faz surgir uma segunda explicação – *Female-only focused approach* – que considera que rapazes e raparigas apresentam diferentes fatores de risco e, por este motivo, defende a necessidade da existência de modelos de análise e teorias próprias que consigam explicar os comportamentos delinquentes cometidos pelas raparigas, utilizando amostras femininas (Chesney-Lind e Sheldon, 1992; Holsinger, 2000; Alder e Worrall, 2004; Zahn, 2009). A terceira explicação tem sido desenvolvida pelas chamadas teorias integradas, que se têm constituído num esforço de revisão e integração das explicações anteriores,

² Podemos incluir nesta designação as teorias da anomia, da aprendizagem social, do controlo social, da rotulagem (Agnew, 2009) e do curso de vida proposto por Moffitt (1993).

descrevendo como algumas das causas da delinquência juvenil são genderizadas e como influenciam as diferentes motivações e/ou constrangimentos para o crime (Steffensmeier e Allan, 1996; Agnew, 2009). Utilizando amostras mistas, oferecem modelos (quantitativos e qualitativos) que mostram diferenças entre e dentro do gênero, bem como semelhanças entre gêneros nos usos da violência (Heimer e De Coster, 1999).

A proposta focada nas implicações da teoria nas agendas políticas e de intervenção divide as explicações em duas grandes literaturas: as teorias *Gender-responsive* e do *What Works*, muito bem sistematizadas por Hubbard e Matthews (2008). As agendas teóricas e políticas destas perspectivas têm sido vistas como substancialmente diferentes nos seus princípios básicos e nas suas metodologias, com repercussões nas respostas e nas formas da intervenção com os/as jovens ofensores/as (ver Quadro 1, p. seguinte).

A literatura *Gender-responsive* nasce por influência das perspectivas feministas e procura explicar as razões da (in)visibilidade social e científica da figura feminina na cena do crime e da delinquência (Chesney-Lind e Shelden, 1992; Holsinger, 2000); identificar as causas e os padrões da delinquência cometida por raparigas (Peters, 1998; Burman *et al.*, 2001; Steffensmeier *et al.*, 2005; Zahn *et al.*, 2008, 2010); bem como discutir as respostas paternalistas e sexistas do sistema de justiça juvenil (Chesney-Lind, 1997; Belknap e Holsinger, 2006; Moore e Padavic, 2010). Fá-lo enfatizando a experiência de se ser rapariga e a ideia de que elas necessitam, qualitativamente, de diferentes programas e respostas de intervenção (OJJDP; Bloom e Covington, 1998, 2001; Holsinger, Belknap e Sutherland, 1999; Chesney-Lind, Morash e Stevens, 2008; Zahn *et al.*, 2009). As respostas devem basear-se em modelos relacionais focados na construção de relações saudáveis e no desenvolvimento de competências específicas como as de comunicação, *coping*, tomada de decisão e autoestima, que deem voz às raparigas (Foley, 2008). Em geral, esta literatura assume que, por causa da natureza genderizada das vidas de rapazes e raparigas, os fatores de risco explicativos (que até podem ser os mesmos) assumem significados diferentes e têm consequências diferentes em razão do gênero.

A literatura do *What Works* emerge de estudos predominantemente quantitativos, de índole desenvolvimentista (Moffitt, 1993; Farrington, 2003), que pretendem identificar alguns princípios para uma intervenção eficaz, associada à predição e avaliação do risco de reincidência e à avaliação dos programas de tratamento para a delinquência (Andrews e Bonta, 1994)³.

³ Andrews e Bonta (1994) identificaram oito fatores de risco e necessidades criminógenas. Usualmente chamados de *Central Eight*, os quatro primeiros (designados *big four*) têm um

Quadro 1.
Diferenças entre as literaturas *Gender-responsive* e do *What Works*

Área	<i>Gender-responsive</i>	<i>What Works</i>
Base teórica	Explicação societal (sexismo, racismo, classismo).	Explicação psicossocial.
Objetivos do programa	Empoderar, melhorar a qualidade de vida.	Reduzir a reincidência.
Definições de risco	O conceito de risco é aplicado às raparigas de forma inapropriada: <ol style="list-style-type: none"> 1. elas têm mais necessidades do que tendência para comportamentos de riscos; 2. os tipos de comportamento praticado são um risco maior para elas próprias do que para os outros. 	Os níveis de risco devem ser identificados e usados como base para o desenho dos programas e dos serviços.
Técnicas de avaliação	Qualitativas, através de histórias de vida que conduzam às experiências femininas e a uma intervenção individualizada.	Quantitativas, através de instrumentos objetivos que incluam correlações fortes na delinquência e classifiquem os ofensores com base no nível de risco e necessidade.
Necessidades criminogénicas	Os programas devem ser dirigidos a todas as necessidades, independentemente do grau de correlação com a delinquência. As raparigas têm necessidades diferentes dos rapazes.	Os programas devem priorizar as necessidades criminogénicas (fatores de risco dinâmicos). Estas necessidades são consideradas similares para rapazes e raparigas.
Intervenção	Relacional e baseada em modelos de empoderamento. Terapia de grupo, baseada no apoio, e centrada no processo.	Modelos cognitivo-comportamentais, focados no problema. Terapia de grupo, estruturada; grupos psicoeducacionais.

Fonte: Adaptado de Hubbard e Matthews (2008: 233). Tradução própria.

A construção de um paradigma de avaliação do risco, que passou por várias fases (Bell, 2012), desenvolveu-se através da construção de instrumentos estruturados, capazes de discriminar variáveis ou grupo de variáveis associados ao comportamento delincente, e tornou possível afirmar que tal comportamento é previsível de forma válida e precisa. Propõem, nesta esteira, modelos cognitivo-comportamentais de tratamento, argumentando a sua eficácia no facto de se focarem nas características cognitivas que estão presentes na população delincente, neutralizando a questão de género, e que evidenciam correlações fortes com a delinquência e com as necessidades criminogénicas.

Segundo Bell (2012), a maioria das avaliações de risco em uso na atualidade (no sistema de justiça juvenil da maior parte das sociedades ocidentais) segue o modelo canadiano de Andrews e Bonta (1994; Andrews, Bonta e Wormith, 2011), pela sua força explicativa, rigorosamente comprovada. Contudo, esta constatação tem encontrado alguma resistência nos argumentos mais sensíveis ao género que questionam o uso de instrumentos que foram concebidos de e para universos masculinos (Covington e Bloom, 2006; Blanchette e Brown, 2006; Hubbart e Matthews, 2008; Salisbury, Van Voorish e Spiropoulos, 2009; Zahn *et al.*, 2010). A questão impõe-se: será que as diferenças de género justificam a utilização de uma avaliação de risco diferencial, considerando preditores diferentes?

A dificuldade de resposta a esta questão é o reflexo das dissensões teóricas que temos vindo a explanar e que têm sido mantidas, quer pelo facto de haver pouca investigação longitudinal com as raparigas, quer porque não são claras as relações entre os fatores de risco/necessidades criminógenas e a delinquência feminina. Esta ausência de clareza é explicada, segundo Salisbury, Van Voorish e Spiropoulos (2009), pelo facto de o processo de validação de instrumentos de avaliação de risco ser feita, maioritariamente, com amostras masculinas, que são mais expressivas estatisticamente. A corroborar, encontramos o trabalho de Shepherd, Luebbers e Dollan (2013) que, através da literatura disponível sobre três dos principais instrumentos de avaliação de risco juvenil (SAVRY, YLS/CMI, PCL: YV⁴), mostram como os estudos que incluem coortes de participantes femininas continuam ainda

grande impacto na reincidência: a história criminal, o suporte social para o crime, a personalidade antissocial e as atitudes pró-criminais; os *moderate four*, que são fatores de risco mais moderados, são: o abuso de substâncias (álcool e drogas ilícitas), os tempos livres, a família e a educação/ocupação. Menos expressivos são: a doença mental grave, o medo da punição oficial, o condicionamento físico, o baixo QI, a classe social de origem, entre outros.

⁴ SAVRY – Structured Assessment of Violence Risk in Youth; YLS/CMI – Youth Level of Service/Case Management Inventory; e PCL: YV – Psychopathy Checklist: Youth Version.

escassos. Se os resultados da aplicação destes instrumentos na predição do comportamento delinvente têm sido muito significativos em grupos semelhantes aos que estiveram na base da sua construção – leia-se, amostras masculinas –, o desafio parece estar em perceber se a sua validade se estende a outros grupos ou amostras.

Não menos importante é o argumento demonstrado na meta-análise de estudos sobre os fatores associados à delinquência feminina, realizada por Hubbart e Pratt (2002), que defende que há fatores de risco que têm sido considerados moderados e até fracos preditores do comportamento delinvente (e.g., Andrews e Bonta, 1994), mas que surgem como preditores robustos na explicação da delinquência feminina. Nesta perspetiva, Salisbury, Van Voorish e Spiropoulos (2009) sugerem que os instrumentos de avaliação do risco devem ser normalizados nos pressupostos da delinquência feminina ou serem utilizados instrumentos complementares que meçam áreas-problema que a investigação mais sensível ao género tem identificado (e.g., o trauma, as relações disfuncionais, a autoeficiência e a autoestima, o suporte familiar e o *stress* parental, as histórias de saúde mental, os recursos educacionais) (Chesney-Lind, Morash e Stevens, 2008; Salisbury, Van Voorish e Spiropoulos, 2009).

Apesar dos avanços feitos nesta matéria, subsiste a falta de investigação que analise a forma como estes programas com foco no género se interligam com a literatura do *What Works* (Hubbard e Matthews, 2008; Holsinger, Like e Hodge, 2010).

Pontos fortes e limitações de uma intervenção focada no género

Historicamente, os sistemas de justiça juvenil não têm providenciado serviços que respondam às necessidades das raparigas (Bloom e Covington, 2001), mesmo depois de o aumento exponencial da investigação nesta área mostrar que elas respondem de forma diferente aos programas de intervenção e tratamento (OJJDP; Zahn *et al.*, 2009; Holsinger, Like e Hodge, 2010; Day, Zahn e Tichavsky, 2014).

A literatura que existe a este respeito tem defendido que as soluções mais promissoras não passam nem por continuar a forçar as raparigas a um sistema projetado para rapazes, nem simplesmente separar os adolescentes infratores em razão do género (Peters, 1998; OJJDP). O que parece ser fundamental, para Bloom e Covington (2001, 2006), é criar um ambiente (pela seleção do espaço, pelo recrutamento e formação dos/as profissionais, pelo desenvolvimento de programas, conteúdos e materiais) que reflita uma

compreensão situada da vida de rapazes e raparigas e responda aos seus pontos fortes e desafios. Ou seja, deve ser premiada uma abordagem que esteja suportada em teorias e práticas (serviços, programas, instrumentos de avaliação) que sejam sensíveis às necessidades sociais, desenvolvimentais e psicológicas das raparigas (e.g., saúde reprodutiva e mental, maternidade na adolescência, necessidades vocacionais e formativas...), num ambiente favorável ao processo de mudança, suportado por um corpo profissional que esteja treinado para as questões de género.

A este respeito, é importante introduzir alguns esclarecimentos analítico-conceptuais e apontar algumas vantagens e cuidados a ter no desenvolvimento de programas com foco nas diferenças de género.

Um dos primeiros esclarecimentos é dirigido à diversidade de terminologias que encontramos na literatura. Socorrendo-nos da *Gender Responsive Assessment Scale* (WHO, 2011), existem cinco níveis de respostas rumo à igualdade de género. As duas primeiras (*gender-unequal* e *gender-blind*) estão abaixo desse objetivo de igualdade. No terceiro nível, encontramos as respostas *gender-sensitive* – sensíveis ao género –, que são vistas como um ponto de viragem, uma vez que indicam uma consciência e um maior desenvolvimento de ações corretivas. O quarto nível é o das respostas *gender-specific* – específicas do género –, que estão orientadas para as necessidades idiossincráticas de homens e mulheres e trabalham com/beneficiam grupos específicos para poder atingir certos objetivos políticos ou satisfazer determinadas necessidades. O quinto e último nível é o das respostas *gender-transformative*, que requerem estratégias de equalização das relações de poder entre homens e mulheres.

Um segundo esclarecimento prende-se com as utilizações destes termos como significando “para raparigas”. Ora, segundo Goodkind (2005: 56), “os rapazes também têm género” apesar de este facto ter sido negligenciado pela literatura específica, que se tem focado, maioritariamente, nos percursos e nas experiências de vida femininas. Esta questão tem trazido outras. Uma delas prende-se com a filosofia da igualdade de tratamento, que tem sido dominante na intervenção com jovens delinquentes e tem justificado a ausência de uma política *gender-responsive*. O que a investigação tem apurando é que o objetivo da igualdade não tem sido benéfico para as raparigas, uma vez que igualdade não significa, necessariamente, equidade (Belknap, Dunn e Holsinger, 1997). Segundo Bloom e Covington (2001), a existência de diferentes respostas para rapazes e raparigas não é uma evidência de um viés de género – favorecer um género específico, resultante de um tratamento injusto –, mas uma forma de garantir igualdade de tratamento para ambos os sexos.

Assim, que conquistas se fazem quando dizemos que as raparigas são diferentes dos rapazes e necessitam de uma intervenção que olhe para essas diferenças? Conquista-se o reconhecimento de que os caminhos das raparigas pelo sistema de justiça juvenil podem ser diferentes dos dos rapazes; mas também o repensar e reexaminar as noções de género na delinquência, que continuam a ser colonizadas pelas definições de delinquência masculina; o fazer dialogar as literaturas *Gender-responsive* e do *What Works*; e o promover do *mainstreaming*, ao introduzir alterações na política, na investigação, na legislação, no planeamento e na alocação de recursos, na implementação e monitorização de programas e projetos e, desta forma, contribuir para uma nova visão do sistema de justiça juvenil.

Contudo, nestas conquistas, há perigos à espreita e cuidados a ter. Dois deles são o processo de essencialização das diferenças de género e a reificação da construção social dessas diferenças (Goodkind, 2005: 58-59). É grande a tentação de nos focarmos nas diferenças entre géneros, retratando-as como inerentes e biologicamente determinadas, secundarizando os enquadramentos histórico-culturais em que essas diferenças se constroem. É grande a tentação, também, de transformar essas diferenças em necessidades únicas e dicotomizadas (e.g., as raparigas são mais relacionais e os rapazes são mais instrumentais). Ora, neste olhar dicotómico, estamos a excluir a hipótese de essas duas dimensões serem elementos valiosos nos programas para ambos os géneros (Belknap, Dunn e Holsinger, 1997).

Um outro perigo, que não deixa de ser uma manifestação dos anteriores, é a utilização política e construção de planos sexistas que solidifiquem mitos, como é exemplo o argumento de que as raparigas não precisam de tanto investimento (técnico, financeiro...) por serem menos perigosas para a sociedade (Bloom e Covington, 2001). Não podemos descurar que há experiências que não têm necessariamente de evidenciar distinções de género, mas sim manifestações de diferentes normas sociais e tratamentos diferenciados.

Apesar de assistirmos a um aumento da aplicação de programas específicos de género para raparigas delinquentes, nomeadamente nos Estados Unidos da América (Foley, 2008), a investigação empírica sobre a eficácia destes programas é ainda escassa. Esta ideia é demonstrada por Zahn *et al.* (2009), quando apontam que, de 62 programas identificados como sendo desenhados para raparigas, apenas dezoito tinham sido sujeitos a avaliação. Destes, foi analisada a eficácia de nove programas, e concluiu-se que a maioria não tinha sido avaliada de forma rigorosa⁵. A esta constatação juntam-se outras:

⁵ Considera-se que os programas que utilizam desenhos de investigação aleatórios com controlo (*Randomized controlled research designs*) permitem uma avaliação rigorosa. Dos nove

intervenções com lógicas excessivamente individualistas (Goodkind, 2005), programas desenhados e aplicados sem um suporte teórico que alicerce as especificidades da intervenção (Foley, 2008), um grande distanciamento entre os serviços necessários e os que estão disponíveis para raparigas (Chesney-Lind, Morash e Stevens, 2008); e profissionais com pouca formação em áreas relacionadas com as diferenças de género (Belknap, Dunn e Holsinger, 1997). Apesar destas constatações e constrangimentos, Chesney-Lind, Morash e Stevens (2008), Zahn *et al.* (2009) e Holsinger, Like e Hodge (2010) mostram como os programas específicos de género se constituem como fator de empoderamento para as jovens (e.g., em áreas como a educação, o emprego, as relações com a família e os amigos, a autoestima e outros resultados sociopsicológicos – autoconsciência, imagem corporal, desenvolvimento social) e como forma de diminuir os estereótipos de género que tendem a prevalecer nas perceções dos/as profissionais.

Reflexões finais

Propusemo-nos, neste texto, responder às seguintes questões: quão importantes são as diferenças de género na intervenção desenvolvida no sistema de justiça juvenil? Valerá a pena o esforço e a aposta numa intervenção diferenciada? O que se ganha e o que se perde quando dizemos que as raparigas são diferentes dos rapazes? Não estando certas de que conseguimos responder a todos os desafios e ardis que estas questões encerram, tornaram-se claras três ideias: a primeira é a de que, se a escassez de respostas focadas no género até poderia parecer aceitável no passado, hoje académicos e profissionais concordam que as diferenças de género na intervenção não podem mais ser ignoradas (Garcia e Lane, 2013); a segunda ideia é o reconhecimento de que o género é apenas uma componente da diversidade e de que muitas das questões que levantamos podem ser aplicadas a outros grupos que saiam do padrão normativo dos estudos da delinquência juvenil; por fim, a crença de que *one size does not fit all* (Blanchette e Brown, 2006) e de que a investigação e a intervenção devem desenvolver-se levando em consideração populações diferenciadas.

Ao longo do texto fomos pontuando as formas como uma intervenção mais sensível ao género no sistema de justiça juvenil encerra complexidades várias e enfrenta grandes desafios.

programas avaliados, somente dois utilizaram este tipo de metodologia (Programa RYSE e WINGS); os restantes programas apenas mediram resultados referentes a pré-teste e pós-teste (HEART, Southern Oaks Girls School, AMICUS, SSD, Girls Circle, GEMS e PACE) (Zahn *et al.*, 2009).

Um desses desafios, que é sublinhado por Alder e Worrall (2004), prende-se com o facto de a “ofensora feminina existir como categoria, mas ainda sem verdadeiro discurso penal” (*ibidem*: 41); ou seja, os vazios conceptuais das categorias de violência, agressão e delinquência femininas, que continuam a exprimir definições em função da delinquência masculina, são expressão dessa ausência de discurso, que se reflete nas políticas e nas práticas da justiça. Por exemplo, na justiça juvenil, a agenda política e de intervenção tem-se construído em torno do princípio da avaliação do risco que identifica, classifica e gere os grupos com base nos níveis de perigosidade. Ora, o que estes procedimentos nos têm dito é que nem as raparigas apresentam altos riscos na predição da violência, nem são perigosas, em termos do dano causado. Este pressuposto tem justificado, por exemplo, o pouco investimento em respostas específicas de género; por outro lado, ao associar as raparigas a um determinado tipo de comportamento agressivo, mais relacional, escondido e indireto, verifica-se a tendência para intensificar o controlo social formal sobre a adolescência feminina, sem nenhum ganho real para a prevenção da violência (Chesney-Lind, Morash e Irwin, 2007: 330).

Estes vazios conceptuais não deixam de resultar, também, do facto de os modelos analíticos sobre a delinquência feminina serem recentes e exigirem reposicionamentos na leitura da realidade, como seja romper com o pensamento estereotipado sobre a vida destas raparigas, deslocando o ponto de partida de um olhar androcêntrico – leia-se, centrado na figura masculina – para uma perspetiva que olhe para as especificidades dos problemas femininos, para as formas como elas constroem feminilidades na transgressão e como o risco e a experimentação surgem também como eixos estruturantes das suas ações (Batchelor, 2005; Chesney-Lind e Jones, 2010; Abramovay, 2010; Duarte, 2012). Como referem Duarte e Carvalho (2013: 43), “dar espaço aos contextos em que as raparigas surgem como agressoras dá visibilidade às dinâmicas sociais em que muitas delas continuam a ser vítimas”. Um outro desafio está relacionado com a vontade política de implementação de um modelo de intervenção sensível ao género, que crie um ambiente – espaço, recrutamento e formação dos/as profissionais, desenvolvimento de programas, conteúdos e materiais – que reflita uma compreensão situada da vida de rapazes e raparigas e responda às suas necessidades (Bloom e Covington, 2001). Apesar de haver um conjunto de programas promissores (OJJDP; Chesney-Lind, Morash e Stevens, 2008; Zahn *et al.*, 2009), a vontade política tem sido fortemente influenciada pelos constrangimentos económicos, por uma tendência no endurecimento das leis (relativas aos menores infratores) e por modelos de intervenção no sistema de justiça juvenil que são tendencialmente *gender-neutral* (Zahn *et al.*, 2009), o que secundariza

a resposta à questão: o que funciona para quem? Em Portugal, a resposta a esta questão também tem sido adiada (Duarte, 2013). É importante ter presente que categorizar informação desagregando-a por sexo não significa fazer uma análise de género.

No campo da intervenção com raparigas delinquentes, uma aliança entre as literaturas do *Gender-responsive* e do *What Works* parece ser o mais eficaz (Hubbard e Matthews, 2008). Por um lado, porque sustentará melhor as práticas dos/as profissionais que trabalham com raparigas e, por outro, porque será uma forma de “garantir” que os programas dirigidos para raparigas (e rapazes) contribuem para desafiar e mudar as expectativas de género de todos/as os/as intervenientes. As raparigas precisam de ter voz no sistema de justiça juvenil, mesmo que elas não sejam quantitativamente significativas para inferências estatísticas.

Referências bibliográficas

- Abramovay, Miriam (2010), *Gangues, Género e Juventudes: Donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.
- Adler, Freda (1975), *Sisters in Crime*. New York: McGraw-Hill.
- Agnew, Robert (2009), “The contribution of ‘mainstream’. Theories to the explanation of female delinquency”, in Margaret Zahn (org.), *Female Juvenile Delinquents*. EUA: Temple University Press, 7-29.
- Alder, Christine; WORRALL, Anne (eds.) (2004), *Girl’s Violence: Myths and realities*. New York: State University of New York Press.
- Andrews, Don; Bonta, James (1994), *The Psychology of Criminal Conduct*. Cincinnati: Anderson Publishing.
- Andrews, Don; Bonta, James; Wormith, Stephen (2011), “The risk-need-responsivity (RNR) Model. Does adding the good lives model contribute to effective crime prevention?”, *Criminal Justice and Behavior*, 38 (7), 735-755.
- Assis, Simone; Constantino, Patrícia (2001), *Filhas do Mundo: Infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz.
- Batchelor, Susan (2005), “‘Prove me the bam!’ Victimization and agency in the lives of young women who commit violent offences”, *Probation Journal*, 52 (4), 289-294.
- Belknap, Joanne; HOLSINGER, Kristi (2006), “The gendered nature of risk factors for delinquency”, *Feminist Criminology*, 1, 48-71.
- Belknap, Joanne; Dunn, Melissa; Holsinger, Kristi (1997), *Moving toward Juvenile Justice and Youth Serving Systems that Address the Distinct Experience of the Adolescent Female*, Report to the Governor. Columbus, OH: Office of Criminal Justice Services.
- Bell, Valerie (2012), *Gender-responsive Risk Assessment: A comparison of women and men*, Tese de Doutoramento, University of Cincinnati.
- Blanchette, Kelley; Brown, Shelley (2006), *The Assessment and Treatment of Women Offenders: An integrative perspective*. Chichester: Wiley.
- Bloom, Barbara; Covington, Stephanie (1998), *Gender-specific Programming for Female Offenders: What is it and why is it important?*, Comunicação apresentada

- na American Society of Criminology, Washington, DC [online], disponível em: <http://www.stephaniecovington.com/assets/files/13.pdf> [setembro de 2014].
- Bloom, Barbara; Covington, Stephanie (2001), *Effective Gender Responsive Interventions in Juvenile Justice: Addressing the lives of delinquent girls* [online], disponível em: <http://www.stephaniecovington.com/assets/files/7.pdf> [setembro de 2014].
- Burman, Michele; Batchelor, Susan; Brown, Jane (2001), “Researching girls and violence”, *The British Journal of Criminology*, 41, 443-459.
- Campbell, Anne (1981), *Girl Delinquents*. New York: St. Martin’s Press, Inc.
- CES (2012-2014), Projeto de Investigação *Desvio e crime juvenil no feminino: da invisibilidade dos factos, seleção e percursos no sistema judicial*, financiado pela FCT (PTDC/CPJ-JUR/117490/2010 – FCOMP-01-0124-FEDER-019895).
- CFCE (2012), Relatório da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, 2012.
- Chesney-Lind, Meda (1997), *The Female Offender*. California: Sage Publication.
- Chesney-Lind, Meda; JONES, Nikki (eds.) (2010), *Fighting for Girls. New perspectives on gender and violence*. New York: State University of New York Press.
- Chesney-Lind, Meda; Shelden, Randall G. (1992), *Girls Delinquency and Juvenile Justice*. California: Brooks/Cole Publishing Company.
- Chesney-Lind, Meda; Morash, Merry; Stevens, Tia (2008), “Girls’ troubles, girls’ delinquency and gender responsive programming: a review”, *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 41 (1), 162-189.
- Chesney-Lind, Meda; Morash, Merry; Irwin, Katherine (2007), “Policing girlhood? Relational aggression and violence prevention”, *Youth Violence and Juvenile Justice*, 5, 328-345.
- COVINGTON, Stephanie; BLOOM, Barbara (2006), “Gender-responsive treatment and services in correctional settings”, *Women and Therapy*, vol. 29 (3/4), 9-33.
- Cunha, Manuela (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim do Século.
- Duarte, Vera (2013), “Para uma leitura de género na intervenção com jovens infratores/as: uma introdução ao tema”, *Plataforma Barómetro Social*, 4.ª série (setembro). Universidade do Porto [online], disponível em: <http://barometro.com.pt/archives/1074> [setembro de 2014].
- Duarte, Vera (2012), *Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina*. Famalicão: Edições Húmus.
- Duarte, Vera; Carvalho, Maria João (2013), “(Entre)Olhares sobre delinquência no feminino”, *Revista Ex-Aequo*, 28, 31-44 [online], disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aeq/n28/n28a04.pdf> [maio de 2014].
- Duarte, Vera; Cunha, Manuela (orgs.), *Violências e Delinquências Juvenis Femininas: Género e (in)visibilidades sociais*. Famalicão: Edições Húmus.
- Farrington, Dave (2003), “Developmental and life-course criminology: key theoretical and empirical issues – the 2002 Sutherland award address”, *Criminology*, 41 (2), 221-255.
- Farrington, Dave; Painter, Kate (2004), *Gender Differences in Offending: Implications for risk-focused prevention*, Home Office Online Report 09/04. London: Home Office Research, Development and Statistics Directorate.
- FIGUEIRA-McDonough, Josefina (1992), “Community structure and female delinquency rates: A heuristic discussion”, *Youth and Society*, 24 (1): 3-30.

- Foley, Allison (2008), "The current state of gender-specific delinquency programming", *Journal of Criminal Justice*, 36: 262-269.
- Garcia, Christal; Lane, Jodi (2013), "What a girl wants, what a girl needs: Findings from a gender-specific focus group study", *Crime & Delinquency*, 59 (4), 536-561.
- Goodkind, Sara (2005), "Gender-specific service in the justice system. A critical examination", *Affilia*, 20 (52), 52-70.
- Heimer, Karen; De Coster, Stacy (1999), "The gendering of violent delinquency", *Criminology*, 37 (2), 277-318.
- Holsinger, Kristi (2000), "Feminist perspectives on female offending: examine real girls' lives", *Women & Criminal Justice*, 12 (1), 23-51.
- Holsinger, Kristi; Belknap, Joanne; Sutherland, Jennifer (1999), *Assessing the Gender Specific Program and Service Needs for Adolescent Females in the Juvenile Justice System*, Report to the Office of Criminal Services, Columbus, OH.
- Holsinger, Kristi; Like, Toya; Hodge, Jessica (2010), "Gender-specific programs: where we are and where we need to go", *Women, Girls & Justice*, vol. 11 (1), 1-16.
- Hubbard, Dana; Matthews, Betsy (2008), "Reconciling the differences between the 'Gender Responsive' and the 'What Works' Literatures to improve services for girls", *Crime & Delinquency*, 54 (2), 225-258.
- Hubbard, Dana; Pratt, Travis C. (2002), "A meta-analysis of the predictors of delinquency among girls", *Journal of Offender Rehabilitation*, 34 (3), 1-13.
- Loeber, Rolf; Farrington, David; Petechuk, David (2003), "Child delinquency: Early intervention and prevention" [online], disponível em: https://www.co.ramsey.mn.us/NR/rdonlyres/82A097AE-978C-4F63-9C68-30B6829A7A2F/1745/ACE_Child.pdf [setembro de 2014].
- Luke, Katherine (2008), "Are girls really becoming more violent? A critical analysis", *Affilia*, 23 (1), 23-38.
- Messerschmidt, James (1997), *Crime as Structured Action: Gender, race, class and crime in the making*. Thousand Oaks: Sage.
- Miller, Jody (2001), *One of the Guys: Girls, gangs and gender*. New York: Oxford University Press.
- Moffitt, Terrie (1993), "Adolescence-limited and life course-persistent antisocial behavior: a development taxonomy", *Psychological Review*, 100, 674-70.
- Moore, Lori; Padavic, Irene (2010), "Racial and ethnic disparities in girls' sentencing in the juvenile justice system", *Feminist Criminology*, 5: 263-285.
- Naffine, Ngairé (1987), *Female Crime: The construction of women in criminology*. Sydney: Allen and Unwin.
- OJJDP, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, disponível em: <http://www.ojjdp.gov/> [setembro de 2014].
- PETERS, Sharon (1998), *Guiding Principles for Promising Female Programming: An inventory of best practices*, OJJDP [online], disponível em: http://www.ojjdp.gov/pubs/principles/ch1_1.html [setembro de 2014].
- Salisbury, Emily; Van Voorhis, Patricia; Spiripoulos, Georgia (2009), "The predictive validity of a gender-responsive needs assessment: An exploratory study", *Crime & Delinquency*, vol. 55 (4): 550-585.
- Steffensmeier, Darrel; Allan, Emilie (1996), "Gender and crime: toward a gendered theory of female offending", *Annual Review Sociology*, 22, 459-487.
- Steffensmeier, Darrel; Schwartz, Jennifer; Zhong, Hua; Ackerman, Jeff (2005), "An assessment of recent trends in girls' violence using diverse longitudinal sources: Is the gender gap closing?", *Criminology*, 43 (2), 355-406.

- WHO (2011), *Gender Mainstreaming for Health Managers: A practical approach*. Geneva: Department of Gender, Women and Health.
- Wong, Thessa; Slotboom, Anne-Marie; Bijleveld, Catrien (2010), "Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review", *European Journal of Criminology*, 7(4): 266-284.
- Worrall, Anne (1990), *Offending Women. Female lawbreakers and the criminal justice system*: London: Routledge.
- Zahn, Margaret (2009), *Female Juvenile Delinquents*. EUA: Temple University Press.
- Zahn, Margaret *et al.* (2008), "Violence by teenage girls: trends and context", *OJJDP Girls Study Group: Understanding and responding to Girl's Delinquency*, Washington, US Office of Justice Programs [*online*], disponível em: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/218905.pdf> [setembro de 2014].
- Zahn, Margaret *et al.* (2010), "Causes and correlates of girl's delinquency", *OJJDP Girls Study Group: Understanding and responding to Girl's Delinquency*, Washington, US Office of Justice Programs [*online*], disponível em: http://girlsstudygroup.rti.org/docs/GSG_Causes_and_Correlates_Bulletin.pdf [setembro de 2014].
- Zahn, Margaret; Day, Jacob; Mihalic, Sharon; Tichavsky, Lisa (2009), "Determining what works for girls in the juvenile justice system: A summary of evaluation evidence". *Crime & Delinquency*, 55: 266-293.